

Aliança argentina pode criar problemas

Base do governo vai lutar contra corte nas aposentadorias

155

• BUENOS AIRES. O relativo sucesso das negociações do governo argentino com o Partido Justicialista (PJ), da oposição, poderá ser prejudicado pela forte resistência que a medida enfrenta entre integrantes da própria coalizão governamental Alianza.

Ontem, enquanto o presidente Fernando De la Rúa assinava o acordo com os governadores peronistas, deputados da União Cívica Radical (UCR) e da Frente País Solidário (Frepasso), partidos que formam a Alianza, não titubeavam em criticar o governo e prometer uma dura batalha no Congresso para tentar anular os cortes nas aposentadorias.

— Aachamos que o ajuste não é igualitário e vamos lutar para que todas as medidas que afetam os setores de menores recursos sejam removidas — disse o chefe da bancada da Alianza na Câmara, Dario Alessandro, da Frepasso. Segundo ele, a solução não é romper a coalizão, e sim continuar brigando dentro do governo.

Para o deputado Jesús Rodríguez, da UCR, a política econômica do ministro Domingo Cavallo é inconstitucional.

— O que falta aqui é consenso. Temos de estar todos de acordo para que a Argentina possa superar a crise — frisou Rodríguez, que foi ministro da Economia durante o governo Raúl Alfonsín (1983-1989).

De acordo com analistas políticos, a falta de apoio político pode ameaçar o futuro do governo. De fato, sem o respaldo dos congressistas da Alianza, a situação de De la Rúa ficará mais do que complicada. A coalizão conta com 114 deputados, contra 99 do PJ. Deste total, 82 são da UCR e 32 da Frepasso. O partido de Cavallo, Ação pela República, por sua vez, soma 12 representantes na Câmara. Resta saber, agora, quantos deputados radicais e frepassistas votarão a favor do governo e quantos contra.

Não há dúvida de que o principal inimigo de De la Rúa é Alfonsín, que é presidente da UCR, e negou-se publicamente a apoiar o ajuste. O ex-presidente tem muitos seguidores dentro do partido, que certamente serão os mais duros opositores que o governo encontrará no Congresso. (Janaína Figueiredo)